

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

2006 / 2007

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO que entre si fazem, de um lado, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SENALBA-SC**, com sede na Cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, na Rua Tenente Silveira, nº 200, 3º andar, sala 306, Edifício Atlas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.910.255/0001-16, neste ato representado por seu presidente, **JOÃO CARLOS NUNES MOTA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 029.850.989-04, e, de outro, o **SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE – SEST e SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE – SENAT**, ambos com sede na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, no SAS, Quadra 06, Lote 3, Bloco “J”, Edifício Camilo Cola, 9º andar, inscritos no CNPJ/MF sob os nºs 73.471.989/0001-95 e 73.471.963/0001-47, respectivamente, neste ato representado por seu Diretor **JOÃO ALFREDO BRODT**, inscrito no CPF/MF sob o nº 365.334.910-91, com anuência do Presidente do **SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SECRASO/SC**, CNPJ nº 85.210.037/0001-05, representado pelo seu Presidente, Sr. **CESAR MURILO BARBI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.155.359-53, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA DATA BASE

Fica convencionado que a data-base da categoria é no dia primeiro do mês de maio.

Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA DO ACORDO

O presente acordo terá vigência pelo período de 1º (primeiro) de maio de 2.006 a 30 (trinta) de abril de 2.007 e abrange os empregados que trabalham nas unidades do **SEST** e do **SENAT** no Estado de Santa Catarina.

Cláusula Terceira - DO REAJUSTE SALARIAL

O SEST e o SENAT concederão aos seus empregados, no Estado de Santa Catarina, a partir do dia 1º (primeiro) de maio de 2.006, reajuste salarial no percentual de 3,5% (três e meio por cento) incidente sobre os salários vigentes no mês de maio de 2.005, excluídos os adicionais e demais vantagens, podendo ser compensados os adiantamentos legais ou espontaneamente concedidos no período, salvo os decorrentes de promoção, término de aprendizagem, transferência de cargo, estabelecimento ou localidade e equiparação salarial determinado por sentença..

§ 1º – O reajuste poderá ser concedido proporcionalmente, para os empregados admitidos após o dia 1º (primeiro) de maio de 2.005, calculado pela divisão do percentual concedido nesta cláusula por 12 (doze), multiplicando-se o resultado pelo número de meses de vigência do contrato de trabalho de cada empregado, considerando-se como mês à fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º – A diferença do reajuste salarial referente ao mês de maio de 2006 será paga juntamente com as folhas de pagamento dos salários do mês de junho, no caso de ser o presente Acordo Coletivo de Trabalho assinado e arquivado na Delegacia Regional do Trabalho após o fechamento das folhas de pagamento do mês de maio de 2.006.

§ 3º – O reajuste concedido engloba e extingue todos os interesses de atualização do período dos últimos doze meses da data de vigência do presente Acordo Coletivo, sendo facultado as Entidades o desconto das antecipações legais ou espontâneas efetuadas no período.

Cláusula Quarta - DO VALE REFEIÇÃO

O SEST e o SENAT poderão conceder aos seus empregados que trabalharem em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, vale refeição/alimentação no valor de R\$ 9,60 (nove reais e sessenta centavos), em quantidade correspondente aos dias úteis e efetivamente trabalhados no mês, adequados às peculiaridades e aos valores de mercado das diferentes cidades onde se localizam os CAPIT e PATE, arcando o trabalhador com a parcela de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos vales entregues por mês, importância que será descontada na folha de pagamento.

§ 1º – O benefício será concedido através do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, de caráter indenizatório, não integrando a remuneração dos trabalhadores para nenhum efeito legal.

§ 2º – Para que o benefício não seja concedido duplamente, os empregados que trabalharem nas duas Entidades, ou seja, no **SEST** e no **SENAT**, deverão fazer opção por receber o benefício apenas de uma delas.

Cláusula Quinta – DO VALE-TRANSPORTE

O **SEST** e o **SENAT** fornecerão vale-transporte aos seus empregados, conforme previsto em lei, praticando os descontos permitidos na legislação pertinente.

Parágrafo Único – Da mesma forma da cláusula anterior, para os empregados que prestam serviços para o **SEST** e para o **SENAT**, o benefício será concedido somente por uma das Entidades.

Cláusula Sexta – DA COMPENSAÇÃO DE JORNADA

O **SEST** e o **SENAT** ficam autorizados a compensar as horas extraordinárias, de modo que o aumento ou a redução em um dia seja compensado em outro dia, assim como o trabalho em dia de folga ou feriado.

§ 1º – As compensações previstas nesta cláusula, das horas extraordinárias laboradas em dias úteis, deverão ocorrer dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do mês subsequente ao da ocorrência e, caso isso não ocorra, o empregado deverá receber as horas de que seja credor, com adicional de 50% (cinquenta por cento).

§ 2º – O **SEST** e o **SENAT** assegurarão aos empregados que trabalharem em dias de repouso ou feriado, a compensação em outro dia na razão de duas horas de descanso para cada hora trabalhada, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do mês subsequente ao do trabalho extra. Não havendo a compensação dentro do prazo, o empregado receberá as horas trabalhadas que seja credor, com o adicional de 100% (cem por cento).

§ 3º – Nas unidades que funcionam nos finais de semana e havendo necessidade da prestação de serviços aos domingos, deverá ser feita escala de revezamento mensal, assegurando a cada empregado, pelo menos, uma vez por mês, folga no dia de domingo.

§ 4º – No caso de rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, havendo crédito de horas extras em favor do empregado este receberá no Termo de Rescisão o valor correspondente com os respectivos adicionais e, no caso de haver horas em débito estas serão perdoadas pelo empregador.

Cláusula Sétima – DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA – Os serviços médicos e odontológicos oferecidos pelo **SEST**, serão fornecidos gratuitamente para os empregados do **SEST** e do **SENAT** e a seus dependentes legais, devidamente comprovados.

Cláusula Oitava – DO ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Será concedida antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, por ocasião das férias do empregado, caso este requeira, nos termos da legislação vigente.

Cláusula Nona – DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES

As Entidades atenderão ao pedido de informações encaminhado pelo Sindicato, desde que se trate das relações trabalhistas.

Cláusula Décima – DO QUADRO DE AVISO

Ressalvadas as condições mais favoráveis, já existentes, as Entidades colocarão à disposição do Sindicato Profissional, em locais de fácil acesso aos trabalhadores, quadros de avisos para fixação de comunicados e informações de interesse da categoria profissional, enquanto trabalhadores e cidadãos, sendo vedada a divulgação político partidária.

Cláusula Décima Primeira – DOS ADICIONAIS

Aos empregados que trabalhem em locais insalubres ou perigosos, será devido o adicional de insalubridade/periculosidade, nos termos da Lei.

Cláusula Décima Segunda – DO DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

O pagamento de salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação das Entidades e do qual constarão a remuneração, com discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para Previdência Social e o valor correspondente ao FGTS. O pagamento poderá ser feito através de depósito bancário, na conta corrente de cada empregado, servindo a guia de depósito como comprovante do pagamento.

Cláusula Décima Terceira – DO ADIANTAMENTO COM PARCELAMENTO DE SALÁRIO QUANDO DO USUFRUTO DE FÉRIAS

É facultado ao empregado optar, quando do retorno das férias, pela antecipação do valor correspondente a 1 (um) salário do cargo que ocupa, que será descontada do salário do empregado em 3 (três) parcelas consecutivas, a partir do mês subsequente ao do término do gozo das férias.

Cláusula Décima Quarta – DO ABONO DE FALTA POR MOTIVO DE DOENÇA

Fica estabelecido o abono de faltas, no caso de necessidade de consulta médica de filho de até 14 (quatorze) anos de idade ou dependente legal, absolutamente incapaz, mediante comprovação por declaração médica, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

Cláusula Décima Quinta – DA LICENÇA GALA

Fica estabelecida que a licença para casamento é de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o enlace, sendo, posteriormente, obrigatória a comprovação mediante a apresentação de cópia autenticada da Certidão de Casamento.

Cláusula Décima Sexta – DA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA – DECLARAÇÃO

Será fornecida ao empregado demitido por justa causa, declaração escrita da dispensa especificando os motivos, desde que solicitada pelo interessado.

Cláusula Décima Sétima – DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE

Considerando as peculiaridades dos profissionais da área de saúde – médicos e dentistas – inclusive em relação a jornada de trabalho, o **SEST** e o **SENALBA** pactuam que fica facultado aos profissionais da área de saúde aglutinar a jornada de trabalho semanal em menos dias da semana, sem que tal atitude gere o pagamento de horas extraordinárias ou seja considerada jornada elástica ou o descumprimento da legislação específica, considerando o disposto no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal. Da mesma forma, a aglutinação da jornada em menos dias não gera o recebimento de vale-refeição/alimentação, prevista na cláusula quarta do presente instrumento coletivo.

Cláusula Décima Oitava – DA JORNADA DE TRABALHO 12 X 36

Fica facultado às Entidades a adoção do regime de trabalho de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso), sendo que não serão consideradas como extras o labor após a oitava hora diária e o trabalho nos dias de domingo e feriados, considerando o período de descanso já concedido.

Cláusula Décima Nona – DO AUXÍLIO NATALIDADE

O **SEST** e o **SENAT** concederão aos seus empregados, auxílio natalidade, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a cada nascimento ou adoção de filho comprovado mediante certidão de nascimento ou de adoção.

Cláusula Vigésima – DO INSTITUTO ASSISTENCIAL

É garantida aos trabalhadores do **SEST** e do **SENAT**, a inscrição e a manutenção no Instituto Assistencial do Transporte – RHODES, que poderá ser gratuita, visando os benefícios geridos pelo Instituto, nos termos constantes de seus estatuto e regimento.

Cláusula Vigésima Primeira – DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES

As Entidades descontarão, dos salários já reajustados no mês de julho de 2.006, de todos os empregados sindicalizados, de acordo com a decisão da Assembléia Geral da categoria profissional, conjugada com o artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, e artigo 513, alínea “e”, da CLT, a contribuição assistencial de 3% (três por cento) sobre o salário do mês de julho de 2.006, uma única vez, que deverá ser recolhida ao Sindicato Profissional em boleto bancário por este fornecido, até o dia 10 de agosto de 2.006, ou na Tesouraria do Sindicato.

Cláusula Vigésima Segunda – DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As Entidades abrangidas pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho recolherão ao SECRASO-SC, a título de taxa de custeio, assegurada pelo art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, aprovada pela Assembléia Geral da Categoria, o valor correspondente a 2% (dois por cento) dos salários reajustados nos termos da cláusula terceira do presente Acordo Coletivo de Trabalho, devendo o recolhimento ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado pelo Sindicato patronal, até o dia 10 (dez) de julho de 2.006, ou depositado na conta corrente por este indicada, quando a guia de depósito servirá como comprovante do recolhimento.

Cláusula Vigésima Terceira – DA MULTA

Fica estabelecida multa no percentual de 10% (dez por cento) do salário nominal do empregado pelo descumprimento de qualquer Cláusula deste Acordo Coletivo de Trabalho, revertendo a mesma em favor da parte prejudicada.

Cláusula Vigésima Quarta – DA EXCLUSÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

O SEST e o SENAT ficam excluídos da Convenção Coletiva de Trabalho, relativa à data base de outubro, que será firmada pelo Sindicato Patronal para vigência em 1º/10/2006 a 30/09/2007.

Parágrafo Único – Em caso de não ser celebrado novo Acordo Coletivo de Trabalho, entre as partes ora acordantes, com vigência para o período seguinte, ou seja, de 1º/05/2007 a 30/04/2008, poderá o SENALBA pretender o cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho que vier a ser celebrada com o Sindicato Patronal, cujos benefícios só poderão ser aplicados a partir do dia 1º/05/2007.

Florianópolis, 22 de maio de 2.006.

João Carlos Nunes Mota
Presidente do SENALBA-SC
CPF nº029.850.989-04

João Alfredo Brodt
Diretor do SEST – SENAT - SC
CPF nº 365.334.910-91

César Murilo Barbi
Presidente do SECRASO/SC
CPF nº 008.155.359-53

Testemunhas: _____